

O Clube de Economistas e a Revista *Econômica Brasileira* (1955-1964): Um Episódio na História do Desenvolvimentismo Nacionalista no Brasil [♦]

Alexandre Flávio Silva Andrada¹

Mauro Boianovsky²

Andrea Felipe Cabello³

Resumo

Este ensaio investiga a história do Clube de Economistas e da revista *Econômica Brasileira* por ele editada. O Clube foi criado em 1955 no Rio de Janeiro, congregando economistas de viés nacionalista-desenvolvimentista. Celso Furtado concebeu e liderou o Clube e a Revista. O Clube chegou ao fim em 1964, na esteira do golpe militar. Constrói-se uma narrativa sobre o surgimento do Clube. Criado em meio à crise política de 1954, o Clube emerge a partir da deterioração das relações e do aumento das tensões entre os economistas de viés nacionalista e os liberais da FGV-RJ e sua *Revista Brasileira de Economia*. A liderança desse último grupo era exercida por Eugênio Gudín. Uma proposta ainda mais ambiciosa almejada pelo Clube era o da criação de uma escola de pensamento original no país. Finalmente, apresenta-se um levantamento da literatura publicada na revista *Econômica Brasileira*.

Palavras-Chave

Celso Furtado. Clube de Economistas. *Econômica Brasileira*. Desenvolvimentismo.

♦ Os autores agradecem a David Dequech e demais participantes do 43º Encontro Nacional da ANPEC, realizado em Florianópolis em 2015, por comentários à versão inicial deste artigo. Agradecemos em especial aos dois pareceristas anônimos e à editores desta revista pelas sugestões recebidas. Mauro Boianovsky agradece ao CNPq pelo apoio a pesquisa.

¹ Professor – Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB)
Endereço: Campus Darcy Ribeiro – Prédio da FACE – Asa Norte – Brasília/DF – Brasil
CEP: 70910-900 – E-mail: afsa@unb.br – <https://orcid.org/0000-0003-0121-7773>

² Professor – Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB)
Endereço: Campus Darcy Ribeiro – Prédio da FACE – Asa Norte – Brasília/DF – Brasil
CEP: 70910-900 – E-mail: boianovs@unb.br – <https://orcid.org/0000-0002-6874-7624>

³ Professora – Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB)
Endereço: Campus Darcy Ribeiro – Prédio da FACE – Asa Norte – Brasília/DF – Brasil
CEP: 70910-900 – E-mail: andreaafc@unb.br – <http://orcid.org/0000-0003-1489-0676>
Recebido: 02/10/2017. Aceite: 10/08/2018.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional.

Abstract

This essay investigates the history of the Clube de Economistas (Economists' Club) and its journal *Econômica Brasileira*. The club was created in 1955 in Rio de Janeiro, bringing together nationalist-developmental economists. Celso Furtado conceived and led both the club and the journal. The club came to an end in 1964, with the military coup. We tell the story about the origins of the club. Created amidst the 1954 political crisis, the club emerged from deteriorating relations and increased tensions between nationalist economists and the FGV-RJ liberal economists and their journal *Revista Brasileira de Economia*. The leader of this last group was Eugênio Gudín. An even more ambitious goal of the club was to establish an original school of thought in the country. Finally, we survey the literature published in the journal *Econômica Brasileira*.

Keywords

Celso Furtado. Clube de Economistas. *Econômica Brasileira*. Developmentalism.

JEL Classification

B20. B30.

Fundamos agora uma nova revista: Econômica Brasileira. Estou enviando-lhe um exemplar do primeiro número ... O plano está bem concebido: cada número, no correr de um ano, tem um responsável, que é designado no começo do ano. A ideia é principalmente aproveitar os subprodutos dos trabalhos do Banco [BNDE], da SUMOC e de outras organizações. Criamos um Clube de Economistas, o qual financia a revista, que não terá anúncios. Já temos 4 números programados e financiados. (Celso Furtado 1955c, carta a Victor Urquidí, diretor do escritório da CEPAL no México, 25 de abril de 1955)

1. Introdução

Este ensaio tem duplo objetivo. O primeiro é o de construir uma narrativa sobre o processo de surgimento, funcionamento e desaparecimento de duas instituições de viés nacionalista, criadas sob a liderança de Celso Furtado: o *Clube de Economistas*¹ e a revista *Econômica Brasileira* (EB). O segundo, é apresentar uma análise do conteúdo e do contexto das publicações – artigos, notas, resenhas bibliográficas – dessa revista. Essas instituições surgem no início de 1955, chegando ao fim em 1964, na esteira do golpe militar. O fim é abrupto no sentido estrito do termo; a última edição da EB trazia informações dos artigos a serem publicados em um volume seguinte.

A razão de ser do *Clube* e da EB era a tentativa de fazer contraponto ao liberalismo econômico propagado desde a Fundação Getúlio Vargas (FGV), também no Rio de Janeiro, sob o comando de Eugênio Gudín e Octávio Bulhões. A FGV havia se tornado o principal *think tank* da ortodoxia econômica no Brasil, publicando, desde 1947, a *Revista Brasileira de Economia* (RBE) e *Conjuntura Econômica*, dois dos periódicos ainda hoje mais importantes em nosso campo. Os autores de viés nacionalista-desenvolvimentista (v. Bielschowsky 1988, seção III.4, para definição do termo), por seu turno, se ressentiam da falta de uma estrutura similar para divulgação de suas ideias para além da órbita da burocracia federal. Como expresso por Ricardo Bielschowsky (op. cit., 154), “o grande encontro dos desenvolvimentistas nacionalistas deu-se em meados dos anos 1950, quando Furtado e Barbosa Oliveira fundaram o Clube dos Economistas ... que deixou sua grande marca registrada na revista *Econômica Brasileira*”.

A despeito da curta vida do Clube e da EB, eles representam um importante episódio na história do pensamento econômico brasileiro. O Clube tem sido discutido de modo relativamente breve na literatura – como em Bielschowsky (1988, 154 e 158), Lourdes Sola (1998, 145-149), Maria R. Loureiro (2009, 112) e em trechos da autobiografia de Furtado (1985) – ou mesmo ignorado nos relatos sobre a comunidade de economistas dos anos 1950, como Ekerman (1989). Tentamos preencher essa lacuna, fazendo uso não apenas da literatura mencionada, mas também de levantamento feito nos principais jornais do país da época (como o *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã* e *Jornal do Commercio*, *Última Hora*, *O Estado de S. Paulo* e a *Folha de São Paulo*), em revistas especializadas

¹ Tanto na imprensa, quanto nas próprias páginas da *Econômica Brasileira* observa-se a ocorrência de duas grafias: Clube *de* Economistas e Clube *dos* Economistas.

(*Observador Econômico e Financeiro, Conjuntura Econômica*), em depoimentos de contemporâneos e participantes, e das informações obtidas na própria *Econômica Brasileira*. Além disso, catalogamos e analisamos o que foi publicado nas páginas da EB. Tal exercício pode fornecer subsídios para a compreensão dos debates teóricos e de política econômica, bem como da estrutura da comunidade de economistas brasileiros àquela época.

2. Sobre os Fatos que Levaram à Fundação do *Clube* e da *Econômica Brasileira*

Em suas memórias, Furtado (1985) detalha o processo de seu amadurecimento intelectual e de crescente embate teórico com o liberalismo esposado e divulgado no Brasil pela FGV, liderada por Eugênio Gudín. Após concluir seu doutoramento em economia pela Sorbonne, Furtado retorna à então capital federal, reassumindo seu posto no Departamento Administrativo de Serviço Público (DASP), para o qual fora aprovado em concurso ainda nos tempos de estudante de Direito. Paralelamente, começa a trabalhar na revista *Conjuntura Econômica*, cuja redação funcionava em uma sala do Ministério da Fazenda. Nesse órgão, Octávio Gouveia de Bulhões, outro grande líder intelectual da FGV, comandava a Divisão de Estudos Econômicos e Financeiros. Foi a partir de Bulhões que Furtado soube e conseguiu uma vaga como economista na recém-criada CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), mudando-se para o Chile ainda em 1948 (Furtado 1985, 49-52).

Em 1949, Raúl Prebisch, figura de liderança intelectual e institucional da CEPAL, faz circular naquele órgão o texto que entraria para a história como o “Manifesto Latino-Americano” (Prebisch 1949), um marco no pensamento econômico da região. O texto será pioneiramente divulgado em português pela RBE, tendo sido traduzido e encaminhado para publicação pelo próprio Furtado.

Textos de autores de viés cepalino continuaram a ser publicados com frequência na RBE, sugerindo uma relação amistosa entre esses dois grupos. Em 1950, aparece o primeiro artigo de Furtado (1950) naquela publicação, juntamente com texto do economista teuto-britânico Singer (1950), coautor da tese da deterioração dos termos de troca (“tese de Prebisch-

Singer”). A Singer seria ainda dedicado todo um volume da RBE em 1950, formado por suas palestras apresentadas na FGV em junho daquele ano.

No ano seguinte, publica-se na RBE outro artigo de Prebisch (1951). Esse texto, escrito em 1949, em realidade fora elaborado pelo Secretariado da CEPAL, para a conferência realizada em Montevideu em 1950. Optou-se, porém, por creditá-lo ao economista argentino, objetivando ampliar seu alcance (Furtado 1985, 138). Em suas memórias, Furtado afirma que ao ler o artigo, Gudin teria ficado “chocado”, questionando-o: “Aonde vai Prebisch? Que significa isso de pregar a autarquia econômica?”. Com a grande repercussão do texto, o diretor da RBE informa Furtado que Gudin havia entrado em contato com economistas estrangeiros para que respondessem aos argumentos do secretário-geral da CEPAL, entre os quais Gottfried Haberler e Jacob Viner. Isso significava, segundo Furtado, que a partir de 1950, ter-se-ia aberto “uma ofensiva no plano acadêmico contra as ideias da CEPAL”. Segundo ele, Gudin combateria o pensamento cepalino mobilizando “as baterias pesadas das sumidades internacionais” (Furtado 1985, 138).

Das “sumidades internacionais” convocadas por Gudin (para defender a posição liberal e criticar a cepalina, direta ou indiretamente), a primeira foi Jacob Viner, que veio como conferencista no Brasil entre julho e agosto de 1950, e cujas palestras foram publicadas na RBE no ano seguinte. No segundo semestre de 1951, e em outras ocasiões, Gudin convidou Prebisch para palestrar na FGV, mas este declinou. Furtado (1985, 141-2) minimizou a iniciativa de Gudin, dizendo que aquilo se tratava de um “diálogo de surdos, que ocultava uma real confrontação no plano das ideias em um campo de claras implicações práticas”.

No final de 1951, seriam publicadas as conferências de Ragnar Nurkse, as quais serviriam de base para seu famoso livro *Problems of Capital Formation in Underdeveloped Countries*. Furtado, instigado pelas ideias de Nurkse, encaminha para a RBE algumas observações, que seriam publicadas em 1952, sob o título “Formação de Capital e Desenvolvimento Econômico”. Nurkse apresenta sua réplica ao artigo no ano seguinte.

O artigo em resposta à Nurkse marca o último momento do processo de relativa ruptura entre esses dois grupos. Não pelo debate entre este e Furtado, que se desenvolvera de modo bastante respeitoso. Mas sim por conta de outros artigos publicados naquele mesmo número da RBE.

Um foi o texto de Robert E. Baldwin (1952), no qual “se reduzia a quase nada a significação dos dados [estatísticos] em que se fundavam” a tese Prebisch-Singer de deterioração secular dos termos de troca (Furtado 1985, 156). A gota d’água, porém, foi o artigo de Gudin, “O Caso das Nações Subdesenvolvidas”. Partindo de um determinismo geográfico algo antiquado para os anos 1950, Gudin (1952, 49-50) afirmava que a questão “fundamental do progresso econômico não depende senão subsidiariamente, de medidas econômicas relativas, por exemplo, ao comércio internacional, às instituições monetárias ou aos ciclos dos negócios”, de tal sorte que “não há como negar que o desenvolvimento econômico é principalmente função do clima, dos recursos da natureza e do relevo do solo”. De modo que não seria por acaso que a “civilização ocidental se desenvolvesse unicamente fora da zona tropical”. Furtado (1985, 163) afirma que “depois do artigo do Prof. Gudin”, ele se convencera “que era indispensável” a criação de uma “nova revista” de economia.

Em paralelo a esse contencioso teórico, a política nacional passava por um momento de polarização com o início do governo democrático de Getúlio Vargas em janeiro de 1951. Na análise de Thomas Skidmore (2007, 118-9), concorriam por essa época três projetos de desenvolvimento. O primeiro era o neoliberal, cujo “principal porta-voz... era o velho economista Eugênio Gudin”. O segundo era o do grupo nacionalista-desenvolvimentista, que via a participação direta do Estado na economia – em associação ao capital nacional e estrangeiro – como indispensável para o início e continuidade do processo de industrialização e desenvolvimento do Brasil. Por fim, havia o nacionalismo radical esposado por grupos como o PCB (Partido Comunista do Brasil) e a UNE (União Nacional dos Estudantes).

Os grupos defensores de cada uma dessas propostas buscavam ocupar os espaços no governo federal. Os chamados técnicos nacionalistas – como Rômulo de Almeida e Jesus Soares Pereira, por exemplo – se concentravam na Assessoria Econômica da Presidência, enquanto Furtado, por conta do projeto conjunto CEPAL-BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento), voltara a se fixar na cidade do Rio de Janeiro em 1953. Já os autores de viés liberal tinham espaço no Ministério da Fazenda e na Superintendência de Moeda e Crédito (SUMOC). Gudin já era colaborador do Ministro Horácio Lafer em 1951. Nesse mesmo ano, Lafer e Gudin são apontados representantes brasileiros no Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI), respectivamente. Bulhões era presidente do Conselho Nacional de Economia, criado pela Carta de 1946, que tinha autonomia em

relação à presidência, mas era “órgão consultivo encarregado de estudar a vida econômica do país e de sugerir ao Congresso Nacional e ao presidente da República as medidas que considerasse necessárias ao desenvolvimento da nação” (CPDOC, 2018).

A controvérsia entre liberais e nacionalistas ganharia momento a partir da conferência realizada pela CEPAL em abril 1953, no Hotel Quitandinha, em Petrópolis (RJ). É então apresentado o documento “Técnica de Programação”, no qual aquela instituição detalha seu diagnóstico e sugestão de estratégia de desenvolvimento para nosso subcontinente (Boianovsky 2013).

Ainda que a conferência de Quitandinha seja evocada por Furtado (1985, 158) como um momento crucial, há alguns lapsos nas reminiscências do autor. Furtado afirma que a conferência ocorrera em maio de 1953, quando, na verdade, ela ocorreu entre 9 e 25 de abril. Sugere também que Vargas não teria participado da conferência, quando o presidente foi o responsável pela abertura dos trabalhos, tendo seu discurso amplamente reproduzido pela imprensa carioca. Ainda que algo protocolar, o discurso continha palavras elogiosas à CEPAL, afirmando que seu “governo considera com especial apreço os esforços” daquela instituição, “no sentido de formular uma teoria do desenvolvimento econômico que, pelos seus próprios méritos, seja capaz de impor-se aos governos latino-americanos, como fundamento racional de sua política econômica”. Destacava ainda que tais medidas não eram “meras especulações teóricas, mas, pelo contrário”, assumiam “grande significação de ação prática e alcance de objetivos”, e que “o objeto de estudo da CEPAL” correspondia às “preocupações constantes do meu governo”. (Vargas 1953, 1)

Furtado (1985, 158) também afirma que a conferência fora “relegada à sombra”, o que também não parece correto, dado que houve ostensiva cobertura da imprensa da capital federal. *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil* e o *Jornal do Commercio*, por exemplo, cobriram diariamente o evento, com reprodução de debates, discursos e entrevistas.

O trabalho *Técnica de Programação do Desenvolvimento Econômico*, lido por Celso Furtado nessa conferência de 1953, afirmava que o papel do Estado ali desenhado era o de “*acrecentar y ordenar las inversiones con el fin de imprimir más fuerza y regularidad al crecimiento de un país*” (Matus 1998, 14). O *Correio da Manhã* trazia uma chamada afirmando:

“O Brasil apoia as conclusões da CEPAL”. Dizia o jornal que “o sr. Rômulo de Almeida, membro da delegação brasileira” – e àquela altura, chefe da Assessoria Econômica da Presidência – “pronunciou minuciosa exposição apoiando o projeto de resolução sobre a técnica de planejamento da América Latina” (*Correio da Manhã* 1953, 7).

Enquanto no Brasil não havia então nenhuma instituição nacionalista que fizesse sombra à FGV, a CEPAL – por ser organismo internacional – era uma ameaça robusta. Diante do avanço do nacionalismo na Conferência de Quitandinha, Gudín reage de imediato. O episódio devia lhe parecer como uma espécie de segundo *round* do debate que travara com Roberto Simonsen no ocaso do Estado Novo. Em resposta às ideias da CEPAL, Gudín publica uma série de cinco artigos no *Correio da Manhã* sob o título de “A Mística do Planejamento”. Criticando os excessos legislativos do governo federal, afirma que “em um país de uma estrutura política instável”, “de economia pobre e letras tão escassas”, não se poderia esperar da “Administração Pública os padrões de sabedoria, isenção e de capacidade necessários não só para realizar sua tarefa no setor público, mas ainda para dirigir com eficiência o setor da economia privada”. Haveria, porém, “ideologias e interesses de grupos poderosos”, que militariam “contra essa orientação ditada pelo mais elementar senso comum”. (Gudín 1953a, 2). Para Gudín, a “função social” dos economistas não deveria ser o de “fabricar modelos para o progresso do país em um ritmo pautado”, mas antes o de “alertar os dirigentes” sobre “as consequências das medidas em projetos ou em curso, contra as escolhas que se podem apresentar, explicando-lhes as relações de causa e efeito dos fenômenos”. (Gudín 1953b, 2) Segundo Furtado (1985, 159) tais artigos tinham como “verdadeiro propósito desacreditar certo tipo de políticas que vinham sendo adotadas” pelo governo Vargas, e atacar “diretamente os economistas que inspiravam esse tipo de política”.

Prebisch publica no *Diário de Notícias* artigo em resposta a Gudín sob o título de “A Mística do Equilíbrio Espontâneo da Economia”. Afirma que a CEPAL não estava empenhada “na vã tarefa de criar uma teoria econômica autóctone”, mas sim que o grupo recusava o “sentido de universalidade que... se pretende atribuir às teorias formuladas nos grandes centros mundiais”, cujos resultados refletiriam “tão somente uma parte da realidade econômica”, específica à realidade daqueles países, mas não a enfrentada por aqueles “que estão na periferia da economia mundial”. (Prebisch 1953, 20)

O debate entre Prebisch e Gudin se repetiria entre Furtado e Bulhões. O texto de Bulhões “A Programação do Desenvolvimento Econômico” aparece em maio de 1953 no *Jornal do Commercio*. Mais do que uma crítica pessoal ao documento da CEPAL, ele se reveste de um caráter institucional. Bulhões começa afirmando que o “Instituto Brasileiro de Economia”, da FGV, “examinou com muita atenção o documento” da CEPAL, o qual “foi discutido em várias reuniões da Comissão Diretora” e que seu texto refletiria o “resumo” de tais debates (Bulhões 1953, 4). Após apresentar uma transcrição de longos trechos do documento, Bulhões assevera: “tais transcrições mostram... que o fundamento da programação”, defendida pela CEPAL, seria o de “um sistema de medidas que tenha por fixar a soma e a distribuição dos investimentos necessários à obtenção de determinado ritmo de crescimento” da renda nacional. De tal forma que esse seria “um processo exógeno de desenvolvimento”. E que “em vez de pressupor-se a existência de ânimo de progresso entre os produtores”, os autores teriam partido “da hipótese da inexistência desse espírito de empreendimento”. (Bulhões 1953, 4). Furtado responde a tais críticas em artigo publicado no mesmo jornal (Furtado 1953; v. Silva 2017).

O ano de 1954, o da crise final do governo Vargas, é marco importante no amadurecimento intelectual de Furtado. Seu artigo “Capital Formation and Economic Development” é traduzido e publicado no *International Economic Papers*, um êxito incomum para um economista brasileiro à época. Além disso, é nesse ano que se publica *A Economia Brasileira*, obra que “difundia uma linha de pensamento em clara oposição à escola ortodoxa, que dominava as publicações da Fundação Getúlio Vargas” (Furtado 1985, 172). Obra esta que recebeu resenhas bastante elogiosas de figuras como Temístocles Linhares (Linhares 1957, 77) e Florestan Fernandes (Fernandes 1958, 38). Para Furtado (1985, 172), ainda que seu livro tivesse despertado grandes interesses, seu grupo “praticamente” não tinha qualquer “contato com o mundo universitário”, de modo que os “debates em torno da nova linha de pensamento” ficavam restritos a “ambientes com pouco poder de irradiação”. Foi então que se decidiu pela criação de “uma sociedade civil” chamada “Clube de Economistas”, cuja presidência seria assumida por ele mesmo. A “tarefa imediata do Clube seria editar uma nova revista, que circularia trimestralmente”, sendo seu “comitê de direção” constituído por “Américo Barbosa de Oliveira, Eduardo Sobral, Sidney Latini” e o próprio Furtado (Furtado 1985, 172).

Em agosto de 1954, Café Filho assume a presidência do país. De viés mais conservador, monta sua equipe econômica com Eugênio Gudín no Ministério da Fazenda, Clemente Mariani na presidência do Banco do Brasil e Bulhões no comando da SUMOC, sinalizando uma mudança nos rumos da política econômica. Gudín fez questão de tornar claro esse processo, afirmando: “Dirigismo econômico é uma distração para os economistas desocupados. A política econômica adotada no governo passado é de grande primarismo” (Gudín 1954, 10).

3. O Clube de Economistas

Em 1956, o *International Social Science Bulletin*, editado pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), publica notícia intitulada “The Clube de Economistas (Rio de Janeiro, Brazil)”:

*The Clube de Economistas (Economists' Club) was founded as a non-profit making corporation at the instance of a group of economists from the principal research institutes in Rio de Janeiro. Its object is to raise the standard of economic studies in Brazil. In pursuit of this aim, the club proposes (a) to serve as a documentation centre for the assistance of all persons carrying out research in economics; (b) to effect exchanges with all bodies, official or private, in Brazil or abroad, pursuing economic studies; (c) to promote meetings, conferences, seminars, course and congresses for the purpose of spreading economic knowledge; (d) to issue a quarterly review, *Economica Brasileira*, for the publication of original papers and translations of genuine significance for the advancement of economic studies in Brazil. The club intends to seek exchange of publications with other like bodies. So far, four numbers of its review have appeared. (UNESCO, 1956)*

Apesar de seus objetivos ambiciosos, aparentemente apenas o item “d” foi atingido. São poucas as informações sobre o funcionamento efetivo do Clube, pois não existem registros ou memória oral de suas reuniões e atividades. No acervo de publicações como *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e *Conjuntura Econômica* não há qualquer referência a ele. Na revista *Observador Econômico e Financeiro* e no jornal *Correio da Manhã* há, no total, seis menções, que se resumem à divulgação dos números mais recentes da revista *Econômica Brasileira*. No jornal *Diário Carioca* encontramos três referências ao Clube, mas apenas para descrever a qualificação e o currículo dos economistas por ele entrevistados em diferentes circunstâncias. O *Última Hora*, em setembro de 1960, cita um almoço promovido pelo Clube em homenagem ao afiliado Ewaldo Correia Lima, que iria ocupar um cargo de diretoria no Banco Interamericano. No *Diário de Notícias* encontramos uma referência mais relevante. No dia 16 de abril de 1955, apenas quatro dias após a saída de Gudín do Ministério da Fazenda, lê-se:

Surgiu anteontem no Rio uma nova revista especializada: 'Econômica Brasileira' [...] Reúne um corpo redatorial do qual fazem parte economistas que ocupam hoje posições de destaque, quase todos eles conhecidos já por publicações e trabalhos de diversa natureza ligados à profissão. O sumário vale pela apresentação que dela desejamos fazer. Artigos dos srs. Celso Furtado, Herculano Borges da Fonseca, Américo Barbosa de Oliveira (diretor-responsável), Sindei Latini (sic), Aníbal Villela. Visam matérias que vão desde problemas do desenvolvimento econômico, até o consumo de energia no Brasil, estimativa do balanço de pagamentos em 1954, índice de produção real do Brasil, papel da SUMOC, etc. [...] Em nosso modesto meio cultural, o aparecimento de 'Econômica Brasileira' é, sem dúvida, um acontecimento relevante. [...] Esperamos que 'Econômica Brasileira' tenha vida longa. [...] São relativamente poucos, por enquanto, os que em nosso país se interessam pela Economia, mas neles é grande a sede de conhecimentos... No mesmo dia em que saiu 'Econômica Brasileira' o Instituto de Economia da Fundação Getúlio Vargas lançou, também, o seu número de setembro de 1954 (atrasado meio ano), da 'Revista Brasileira de Economia', que a bem

dizer é a única publicação persistente do gênero entre nós... Em números anteriores, a 'Revista Brasileira de Economia', que há mais de três anos não publica uma única crítica de livros, um único comentário, contentou-se em nos apresentar séries maciços de conferências de professores estrangeiros convidados pela Fundação Getúlio Vargas, que felizmente entremeou com a divulgação das estimativas da renda nacional, sendo esse seu sinal de vida própria. Não fossem as estimativas de renda, o interesse pela revista seria praticamente nulo, pois as conferências apenas se limitam a repisar assuntos já tratados, de mil formas, pelos seus autores em suas obras conhecidas. (Diário de Notícias 1955, 14)

O autor (anônimo) da nota encerra o texto afirmando: “Com a nova revista do Clube de Economistas ..., talvez a ‘Revista Brasileira de Economia’ venha a mover-se com maior vivacidade, justificando o título e seu passado que lhe reservam lugar na primeira linha da ciência brasileira” (ibidem).²

Nas páginas de EB também são poucas as informações sobre o Clube. Em sua primeira edição, publicou-se o estatuto da organização, cujo artigo 1º dizia: “Por iniciativa de um grupo de economistas do Rio de Janeiro foi criada, no dia 7 de fevereiro passado, uma organização de objetivos culturais sob a designação de Clube de Economistas”. Adiante: “A primeira diretoria eleita e empossada naquele dia, está constituída como segue: Presidente: Américo Barbosa de Oliveira, Conselho Deliberativo: Celso Furtado, Eduardo Sobral, Sydney Latini e Pompeu Accioly Borges”. Os objetivos do Clube, de acordo com o artigo segundo, eram aqueles quatro apontados no trecho do *International Social Science Bulletin*. O papel do Conselho Deliberativo, formado por cinco membros era o de: (i) “aprovar a nomeação”, a ser efetuada pelo Presidente, de “representantes e sócios correspondentes”; (ii) “atuar como Conselho Diretivo da Revista, cabendo-lhe”, assim, “aprovar os trabalhos a serem publicados”, e – com a exceção do presidente – “cada membro do Conselho Diretivo” seria responsável “pela organização de um número da Revista”, e; (iii) “aprovar o plano

² Deve-se observar que, ao contrário da observação final do autor da nota, várias das palestras de convidados estrangeiros publicadas na RBE (e.g. de Viner e Nurkse) traziam material original só posteriormente divulgado no exterior em inglês ou francês.

anual de distribuição de tarefas para publicação da Revista, elaborada pelo Presidente”. (EB 1955b, 49-50)

O último tópico do Estatuto afirmava que “com o objetivo de financiar a revista em seu primeiro ano de circulação”, caberia a “cada sócio-fundador” fazer ao Clube “um empréstimo, sem juros, de 5 mil cruzeiros, em prestações bimestrais de 1.000 cruzeiros a começar em março de 1955” (EB 1955b, 50). O prazo para o reembolso desse empréstimo seria de cinco anos. O salário mínimo dos servidores públicos, fixado em maio de 1954, era de 2,4 mil cruzeiros, de modo que o desembolso era relativamente modesto.

Assim, o capital inicial para tocar a publicação da Revista saiu de doações dos próprios fundadores, como Furtado afirmara em carta a Victor Urquidi. Segundo Loureiro (2009, 112), o Clube “estava em uma situação precária desde o seu início, devido às dificuldades de obter apoio financeiro para *Econômica Brasileira*”. A mais significativa manifestação dessas dificuldades financeiras foi a interrupção da publicação por quase dois anos, a partir de 1957. O *Jornal do Commercio* de fevereiro de 1959 noticiava: “depois de quase dois anos de ausência, voltou a circular a revista especializada ‘Econômica Brasileira’, relativa aos meses de julho-dezembro de 1957”. A nota afirma que o registro de tal acontecimento era importante, “face a qualidade da matéria que vem sendo divulgada nesse periódico, de alto valor técnico-interpretativo dos problemas econômicos do País, como das questões atinentes à teoria econômica levantada pelos economistas de renome internacional e pelas organizações técnicas mundiais” (*Jornal do Commercio* 1959, 4). Logo, a edição de dezembro de 1957 só surge em 1959, como também a última edição da revista que é datada de 1962, surge, na verdade, apenas em 1964.

No número de julho-dezembro de 1959 de EB, aparece a segunda menção explícita ao funcionamento do Clube. Publica-se naquela ocasião a “Ata da oitava Assembleia Geral do Clube de Economistas”, ocorrida no dia 27 de maio de 1960 na cidade do Rio de Janeiro. Os tópicos discutidos foram: “(a) aprovação dos novos membros do Clube, indicados pelos atuais sócios, nos termos da resolução aprovada pela Sétima Assembleia; (b) eleição da Diretoria para o período de fevereiro de 1960 a fevereiro de 1961; (c) sede do Clube; (d) discussão de programa de ampliação do quadro de assinantes da Revista e de expansão das atividades do Clube” (EB 1959, n.p.)

Foram aprovados 27 novos sócios (ver coluna “ulteriores” na Tabela 1). Em relação à diretoria, decidiu-se que Celso Furtado seria o presidente, José Pelúcio o Diretor-Tesoureiro, Luiz Carlos Andrade o Diretor-Secretário e que o Comitê de Redação ficaria por conta de Américo Barbosa, Guilherme Pegurier, Annibal Villela e Edwaldo Lima. Luiz Carlos de Andrade ficaria responsável por encaminhar “um plano de expansão da *Econômica Brasileira*, inclusive com a formação de um esquema de autofinanciamento das edições e maior penetração da Revista nos meios técnicos e profissionais”. Sobre o endereço, finalmente, decidiu-se que a sede do Clube seria transferida para a Avenida Graça Aranha, no mesmo escritório no qual funcionava a SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste). Segundo Furtado, o “clube tinha mais a ver com o clube político francês”, que podiam ter uma “enorme influência política”, a exemplo do “Clube de Engenheiros e o Clube Militar” (Furtado in Sola 1998, 150).

As análises acadêmicas sobre o Clube são relativamente escassas, destacando-se Bielschowsky (1988), Loureiro (2009) e especialmente Sola (1998). Bielschowsky (1988, 154 e 158) considera a EB “a principal difusora das ideias cepalinas no Brasil” naquele período, enquanto o Clube “congregava a nata dos técnicos desenvolvimentistas que serviam o governo federal no Rio de Janeiro”. Sola (1998, 245-49) classifica o Clube ora como uma associação “semiformal”, ora como “informal” de autores nacionalistas, mas “altamente politizada”. Diz ainda que a partir das evidências disponíveis, “os critérios de admissão ao clube eram informais”, levando-se em conta “a experiência técnica do candidato” e a “certeza absoluta de seu compromisso como os princípios ideológicos e as premissas analíticas pertinentes”. Ou seja, havia a dimensão ideológica do apreço ao nacionalismo econômico e, “em segundo lugar” uma abordagem “da política econômica baseada na teoria keynesiana”. A autora destaca também a dimensão das relações sociais entre os membros do grupo, através de um processo de socialização “no interior dos aparelhos burocráticos”, que ainda estavam em formação (com ilhas de excelência como o BNDE e a SUMOC). À época, como bem afirma Sola, o saber econômico via de regra era adquirido “*on demand*” e aperfeiçoado “*on the job*” (Sola 1998, 147).

Loureiro (2009) sugere que os laços institucionais entre os membros do Clube eram mais frágeis e débeis que aqueles entre os liberais. Segundo a autora: “Celso Furtado, one of the few associated with CEPAL, tried to assert influence through the mixed BNDE-CEPAL Group, through

SUDENE ...at the end of the 1950s, and through Planning Secretariat of the Goulart administration” (Loureiro 2009, 112).

Segundo Sola (1998, 149), o “Clube de Economistas, como embrião de uma escola de pensamento”, teria começado a “atrair para sua esfera gravitacional técnicos nacionalistas que, de outra forma, permaneceriam dispersos em seus respectivos redutos profissionais”. Diz a autora que é nesse sentido que caberia “interpretar o Clube como um mecanismo de agregação”, ainda que “não-institucionalizado” e “cuja função era também a de compensar a dispersão dos diferentes recursos e ‘competências’ intelectuais e técnicas”, algo que teria prevalecido até o governo Juscelino Kubitschek de Oliveira. Ademais, o Clube teria passado a “representar um mecanismo mais eficiente de compensar *o estado de dispersão ideológica (e política)* em que se encontravam os adeptos do nacionalismo”. Teria sido “concebido como um ‘clube político’”, cuja função dominante seria a de servir como um “*pool* de recursos políticos”. Ou seja, havia ainda essa segunda função a ser desempenhada pelo Clube, “de natureza para-acadêmica, pois desde seu início fora concebido como um embrião de uma *escola de pensamento*”. Abarcando as duas dimensões do termo, que segundo a autora seriam: (i) “centro de articulação e debate” sobre a literatura pertinente, e; (ii) “transmissor de princípios e procedimentos científicos” a serem utilizados para capturar a realidade. Isso também envolvia outra pergunta fundamental à época – segundo Sola – que dizia respeito à definição do papel e da função do economista em um país subdesenvolvido como o Brasil (Sola 1998, 149).

Sola (1998) reproduz entrevista com Celso Furtado sobre o tema, na qual é lembrada a preocupação do grupo em formar uma escola de pensamento, com produção de pesquisa sistemática sobre a realidade econômica do país. Furtado afirma que “não havia chance de luta política interna” entre eles, pois eles não seriam “como o ISEB” (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), que tinha “um projeto *partisan*” e estaria “envolvido diretamente com a ação política”. Os membros do Clube estariam mais “preocupados em desenvolver uma escola de pensamento influente, mas não importava se algum membro aderisse a este ou àquele partido”. Afirma ainda: “não quero exagerar a importância do grupo em redor da Revista e do Clube”, porém haveria “vínculos importantes”, pois, “as pessoas trocavam informações de forma sistemática”. De tal sorte que quando Furtado foi dirigir a SUDENE – diz – “todos me apoiaram e garantiram uma colaboração espontânea, que me ajudou enormemente em meu trabalho”.

Furtado afirma-se como o “representante mais conspícuo do grupo”, tendo sido feito Ministro, “sem jamais ter pertencido a um partido político”. E falando do seu tempo como Ministro, questiona: “como poderia ter concebido o Plano Trienal em três meses sem toda essa gente me apoiando, de todos os lados, pessoas de várias gerações, sem qualquer apoio institucional de monta?” (Furtado in Sola 1998, 147-148)

Quando se trata, porém, do processo de encerramento dessas duas instituições, as diferenças são significativas, o que reflete em certa medida o diferente impacto na sociedade que uma e outra tiveram. Uma evidência: os arquivos do jornal *Estado de S. Paulo* registram 262 ocorrências do termo “ISEB” durante os anos 1960, enquanto no *Jornal do Brasil* elas somam 418. Em ambos os jornais a ocorrência dos termos “clube de/dos economistas” é igual zero no mesmo período. Parece evidente que o grau de institucionalização e penetração social e política do Clube era significativamente inferior ao do ISEB. Importante lembrar, todavia, que enquanto o Clube era um agrupamento de intelectuais, cujo objetivo fundamental era a publicação de uma revista científica, o ISEB nasce no governo Café Filho como parte integrante do Ministério da Educação.

Quando do golpe de 1964 – com o país ainda sob o comando de Ranieri Mazzilli, então presidente da Câmara dos Deputados – o ISEB foi extinto por decreto, sob a justificativa de ser ele um “órgão manipulador e orientador de toda a máquina de bolchevização do País” (*Jornal do Brasil* 1964, 16). No caso do Clube não consta nenhum processo oficial de extinção. Porém, no primeiro Ato Institucional cassaram-se os direitos políticos de Celso Furtado, Jesus Soares Pereira e Alberto Guerreiro Ramos. Teriam ainda seus direitos cassados ao longo da ditadura Domar Campos, Eduardo Sobral, Ewaldo Correia Lima, Mário Magalhães da Silveira e Moacyr Paixão e Silva. Apesar de outros associados ao Clube terem permanecido no país, inclusive trabalhando na alta burocracia estatal, a saída de tais figuras parece ter sido motivo suficiente para inviabilizar a continuidade daquela instituição. É provável que não tenha sequer ocorrido um fim oficial da instituição, mas um desaparecimento. Isso talvez explique o fato de que nem mesmo Furtado em suas memórias (Furtado 1985, 1989) gaste sequer uma linha explicando as razões do processo de encerramento do Clube.

4. Econômica Brasileira

A revista *Econômica Brasileira* foi publicada entre 1955 e 1962 (8 volumes no total), contando com 12 números simples e 9 números duplos. A ocorrência de números duplos inicia-se em 1957 e é sempre creditada a dificuldades - inicialmente não explicitamente especificadas - de publicações. Na edição de julho-dezembro de 1957, por exemplo, surge um “aviso aos leitores de *Econômica Brasileira*”. Diz-se que “em face do atraso de mais de ano ocorrido na publicação desta revista, a direção do Clube de Economistas” teria decidido que “fossem publicados três números duplos seguidos”, de forma a “normalizar a publicação da revista, evitando ao mesmo tempo uma interrupção da coleção”. Apelava-se aos assinantes – que “compreendendo as dificuldades” enfrentadas para “publicar uma revista do nível desta” – para que apoiassem o projeto, de tal forma que tivesse “êxito o esforço realizado” pelos “membros do Clube de Economistas”, como o objetivo de não permitir “o desaparecimento de uma publicação que já constitui um patrimônio de todos os estudiosos dos problemas econômicos nacionais” (EB 1957, n.p.).

É apenas na primeira edição de 1960 que se fala abertamente sobre dificuldades financeiras.

Como é de conhecimento geral, esta revista criada por iniciativa de um grupo de economistas visa contribuir para a elevação do nível dos estudos econômicos no país, e não tem finalidade lucrativa. O custeio da revista é realizado pela contribuição de seus fundadores e de seus assinantes; assim, torna-se necessário um esforço contínuo para obtenção de novos leitores, a fim de manter o equilíbrio financeiro da publicação. Se cada assinante atual conseguir ao menos uma nova assinatura, estará assegurada a estabilidade financeira da nossa revista. Caso a nossa publicação esteja agradando a V.S., esperamos contar com sua valiosa cooperação para o fim colimado. (EB 1960, n.p.)

Se Furtado afirmara em sua carta a Victor Urquidi (ver acima) que a revista não teria anúncios, essa promessa só se manteve nos números publicados em 1955. No ano seguinte, surgem chamadas para outras duas revistas, a *Digesto Econômico* e a *Revista de Ciências Econômicas*. Nas edições

a partir de 1957, as propagandas são mais constantes. Surgem anúncios da famosa *Revista Brasiliense*. Mas, ainda mais importante, instituições como BNDE, Fábrica Nacional de Motores, CNI, Banco de Minas Gerais S.A., Ecotec (Economia e Engenharia Industrial S.A.), SPL (Serviço de Planejamento) surgem com propagandas frequentes nos demais volumes. É razoável imaginar que o anúncio de outras revistas científicas fosse feito por afinidade intelectual, sem uma contrapartida monetária, mas isso não parece tão óbvio para as outras instituições listadas.

O fato de o último volume (publicado em 1964, mas datado de 1962) trazer informações sobre os artigos a serem publicados na edição seguinte,³ sugere que havia planos de dar continuidade à revista e que as dificuldades financeiras provavelmente não foram o fator determinante no desaparecimento da publicação.

No primeiro volume de EB, há um convite à colaboração espontânea de “todas as pessoas que se interessam pela compreensão de nossa realidade econômica e pelos problemas do desenvolvimento da economia brasileira”, além de um texto introdutório de apresentação que mostra uma preocupação da publicação com a profissionalização da área de economia no Brasil (sobre o processo de profissionalização ver Simonsen 1966 e Loureiro 1992). Afirma-se que “o desenvolvimento que vem tomando no Brasil a pesquisa econômica, nos anos recentes, é indicação segura de que a economia deixa de ser entre nós, campo aberto à improvisação para submeter-se a uma disciplina baseada em critérios objetivos”. Essa transformação influía sobre o caráter dos estudiosos da disciplina, pois “o economista puramente livresco, trabalhando com material de segunda ou terceira mão, alheio à realidade circundante”, cederia “lugar ao pesquisador sistemático, ao analista criterioso, ao homem de ciência honesto que não se afasta do seu material de trabalho e evita a sedução fácil das soluções pré-fabricadas. (EB 1955a, 1).

Esse primeiro volume também lista a razão de ser da publicação. No entendimento de seus editores faltava “ao resultado desse trabalho” científico “a necessária divulgação”. Pois, havendo uma “escassez de publicações especializadas” no país, condenava-se “importantes estudos a uma circulação restrita, como documento interno de certos organismos”. Ou ainda, sua

³ São os seguintes artigos: “Política Econômica e o Sistema de Preços” de Thomas Ballogh; “Alguns Aspectos da Experiência Holandesa de Planejamento Econômico” de Isaac Kerstenezky; “Integração do Problema da Saúde na Política de Desenvolvimento Econômico” de Menandro Novaes; “A ‘Aliança para o Progresso’ e a América Latina” de H. Flores de La Peña.

divulgação em “publicações não especializadas, escapando à grande maioria das pessoas interessadas”. (EB 1955a, 1) O corpo redatorial da revista é grande e sofre algumas alterações ao longo do período. A Tabela 1 enumera os membros do Conselho Redatorial durante todo o período de publicação da revista.

Tabela 1 - Membros Originais e Ulteriores do Conselho Redatorial de Econômica Brasileira

	Originais		Ulteriores
Américo Barbosa de Oliveira	João P. de A. Magalhães	Alairo Sá do Valle	Maurice Archer
Américo Cury	Joaquim Ferreira Mângia	Alberto Guerreiro Ramos	O. A. Dias Carneiro
Annibal Villanova Villela	José Octávio Knaak	Alberto Tângari	Oscar S. L. Fernandez
Antônio de Lima e Souza	José Pelucio Ferreira	Alexandre F. Beltrão	Paulo de A. Rodrigues
Casimiro A. Ribeiro	Juvenal Osório Gomes	Aluizio B. Peixoto	Raymundo de A. Castro
Celso Furtado	Leon Zeitel	Antônio J. Farias	Renato Manfredini ⁴
Diogo A. N. de Gaspar	Luiz Carlos de Andrade	Celso Juarez de Lacerda	Ruy Barbosa de Medeiros
Domar Campos	Luiz L. de Vasconcelos	Cleantho de Paiva Leite	
Edson Cezar de Carvalho	Luiz. M Botelho	Darcílio A. da Conceição	
Eduardo Sobral	Mário M. da Silveira	Eliseu Alvares Pujol	
Ewaldo Correia Lima	Moacyr Paixão e Silva	Eurico N. Marques	
Francisco Claussen Jr.	Newton Corrêa Ramalho	Ézio Távora dos Santos	
Gerson da Silva	Olindo Mury Knust	Francisco de Oliveira	
Guilherme Augusto Pegurier	Paulo H. Pereira Lira	Jader F. de Andrade e Silva	
Heitor Lima Rocha	Ricardo Moura	João de Mesquita Lara	
Herculano B. da Fonseca	Romulo Almeida	Jorge Monteiro Furtado	
Jacy Miranda	Sebastião A. da Cunha	José de Ribamar Campello	
Jaime Magrassi	Sydney A. Latini	José Gonçalves Carneiro	
Jesus Soares Pereira	Thomaz Pompeu Accioly	José Riveiro de Lira	
	Thomaz Raposo de Almeida	José Zacarias Sá Carvalho	

Fonte: Econômica Brasileira, diversos números.

Além de trabalhos de caráter técnico e aplicado, os temas mais recorrentes em *Econômica Brasileira* eram o desenvolvimento e o planejamento econômico, bem como o problema da aceleração inflacionária na América Latina. Observa-se um esforço de se empreender diálogo constante com nomes de diversas correntes, apesar do viés estruturalista. Além disso, percebe-se também preocupação com a escassez de dados e tentativa tenaz de resolver essa questão, preocupação também de Gudín (1947), exposta no primeiro

⁴ Uma curiosidade: o funcionário do Banco do Brasil e economista, Renato Manfredini, vem a ser pai de Renato Manfredini Júnior, mais conhecido como Renato “Russo”, líder do conjunto musical Legião Urbana.

número da revista *Conjuntura Econômica*. A contabilidade nacional era tratada, por isso mesmo, com grande estima nas páginas de EB.

Em relação aos autores, a lista também é diversa, incluindo vários nomes que não faziam parte do Conselho Redatorial. Entretanto, entre os 10 autores que mais publicaram na revista, oito eram membros do Conselho. Entre os que mais publicaram, 64% eram do conselho, ao passo que entre os que publicaram somente uma vez na revista, apenas 19% o eram.

A Tabela 2 traz a relação aos autores estrangeiros publicados em EB. Desses, apenas Kaldor e Dobb (ambos da Universidade de Cambridge), Lange (ex-professor da Universidade de Chicago e àquela altura de volta à Polônia), Grunwald (Universidade do Chile) Rothrock (Instituto Estatístico Interamericano), Myrdal (Universidade de Estocolmo) e Friss (Academia de Ciências da Hungria) não eram ligados à CEPAL. Regino Boti – que fora membro da CEPAL – era à época Ministro da Economia de Cuba.

Tabela 2 - Autores estrangeiros publicados por EB

Autor	Artigo (Ano)
Raúl Prebisch	Crescimento demográfico, emprego e formação de capital nos países subdesenvolvidos (1955)
Raúl Prebisch	A CEPAL e o desenvolvimento Econômico da América Latina (1960)
Nicholas Kaldor	Evolução capitalista à luz da teoria Keynesiana (1956)
Jorge Ahumada	Notas sobre o problema do desenvolvimento regional (1956)
J. F. Noyola Vázquez	A evolução do pensamento econômico no último quarto de século e sua influência na América Latina (1957)
Oswaldo Sunkel	O modelo de crescimento de Domar (1956)
Oscar Lange	Problemas de programação nas economias sub-desenvolvidas (1956)
John B. Rothrock	Utilização adequada das reservas monetárias (1956)
Oswaldo Sunkel	Um esquema geral para a análise de inflação (1957)
Istvan Friss	A estrutura da oferta e da procura nas economias socialistas (1958)
Gunnar Myrdal	Saúde e desenvolvimento (1959)
Aníbal Pinto S. C.	Estabilidade e Desenvolvimento (1959)
Maurice Dobb	A polêmica sobre a teoria dos preços nos países de economia socialista (1960)
Joseph Grunwald	Escola 'estruturalista', estabilidade de preços e desenvolvimento econômico – o caso chileno (1961)
Regino Boti	Planejamento econômico em Cuba (1962)

Fonte: *Econômica Brasileira*, diversos números.

A Tabela 3 descreve a lista de documentos oficiais publicados nas páginas de EB, com dominância de trabalhos da Comissão BNDE-CEPAL.

Tabela 3 - Documentos Oficiais Publicados em EB

Órgão	Título (ano)
CEPAL	Resumo da parte dispositiva das principais resoluções adotadas na conferência de ministros da Fazenda, realizada em Quitandinha (1955)
BNDE-CEPAL	Esboço de um programa de desenvolvimento para o Brasil. (1955)
BNDE-CEPAL	Análise do processo inflacionário no pós-guerra (1955)
BNDE-CEPAL	O problema do café (1956)
GTDNE	Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste (1959)
Presidência da República	Lei no 3692, Institui a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
GPGESP	Uma análise da economia paulista
Governo do ESP	Lei n5.444, Dispõe sobre medidas de caráter financeiro relativas ao Plano de Ação do Governo.
CEPAL (Delegação Cubana)	O IX Período de Sessões da CEPAL (1961) O Desenvolvimento Econômico de Cuba (1961)
BNDE	O problema do financiamento às exportações: uma solução (1961)
CEPAL-BNDE	Inflação no Brasil (1962)
Inst. Bras. do Café	Convênio Internacional do Café a Longo Prazo. Principais Características do Ante-Projeto (1962)

Fonte: Econômica Brasileira. GTDNE = Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do Nordeste; GPGESP = Grupo de Planejamento do Governo do Estado de São Paulo.

No total, foram 45 os autores que publicaram um único artigo em EB. A Tabela 4 apresenta uma lista daqueles que publicaram pelo menos dois. Celso Furtado é o autor mais publicado, com 14 textos (artigos, comentários e resenhas). Em seguida aparecem Annibal Villela, Américo Barbosa, Sydney Latini, Ignácio Rangel e Juvenal Osório. Nenhum desses autores estava diretamente ligado à academia, mas sim a órgãos da burocracia estatal. Loureiro (2009, 112) relaciona essa característica do grupo ao tipo de texto que era publicado na revista: “their economic writings therefore were essentially essays emphasizing such broad economic issues as development, poverty and industrialization, all seen as problems from a nationalist viewpoint”.

Tabela 4 – Autores que publicaram mais de um artigo em EB

Autor	Publicações	Autor	Publicações
Celso Furtado	14	Eugênio Gudín*	2
Annibal Villanova Villela	9	Ewaldo Correia Lima	2
Américo Barbosa de Oliveira	8	Heitor Lima Rocha	2
Sydney A. Latini	6	Henrique C. Gomes*	2
Ignácio Rangel*	5	Jaime Magrassi	2
Juvenal Osório Gomes	5	João Paulo de A. Magalhães	2
BNDE-CEPAL*	4	José Octávio Knaak de Souza	2
Domar Campos	4	Juan Noyola Vázquez*	2
Guilherme Augusto Pegurier	4	Luiz L. de Vasconcelos	2
Jesus Soares Pereira	3	Márcio Lourenço Filho*	2
Luiz Carlos de Andrade	3	Oscar S. L. Fernandez*	2
O. A. Dias Carneiro	3	Paulo H. Pereira Lira	2
Oswaldo Sunkel*	3	Raúl Prebisch*	2
Antonio S. Rio*	2	Ricardo Moura	2

Fonte: *Econômica Brasileira*, diversos números. (*) Não eram membros do Conselho Editorial de EB.

O artigo de Furtado “O Desenvolvimento Econômico. Ensaio de Interpretação Histórico-Analítica” inaugura EB. Trata-se de um ensaio longo para os padrões da revista, analisando o processo histórico de desenvolvimento econômico internacional. Ao estilo clássico, Furtado trata dos “três aspectos fundamentais do processo econômico” (Furtado 1955a, 4): produção, distribuição e acumulação. Em edição de 1958, é publicado “Comentários sobre estudos do Professor Rosenstein-Rodan” também de autoria de Furtado (1958b). Trata-se de comentário feito na ocasião da apresentação de “Notes on the theory of the big push” na conferência internacional sobre desenvolvimento econômico realizada pela *International Economic Association* no Rio em 1957, publicada como livro em 1961 (Boianovsky 2010).

Também em edição de 1958, aparece outro artigo de Furtado, no qual ele define a “programação do desenvolvimento” como “uma série de medidas coordenadas tendentes a acelerar o ritmo de crescimento econômico” (Furtado 1958a, 41). Sobre a teoria do desenvolvimento, diz que esta se baseia em dois pontos principais: “1 – O desenvolvimento consiste... no aumento da produtividade física do conjunto da força de trabalho”, “2 – Logra-se o aumento da produtividade física do trabalho por meio da

acumulação de capital e da assimilação do progresso técnico” (Furtado 1958a, 40). Definida a taxa de poupança, há que se definir a distribuição desse excedente. A ideia é que se eliminem os pontos de estrangulamento – como energia, transportes e indústria básica –, o que “acarreta uma imediata melhora na produtividade do conjunto da economia, permitindo utilizar capacidade produtiva antes ociosa”. Ou ainda, que se favoreçam os chamados “pontos de germinação”. Em edição de 1960 aparece o artigo “Industrialização e Inflação” (Furtado 1960), que se tornará, juntamente com Furtado (1955a), capítulo do seu livro de 1961 sob o título *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (ver Boianovsky 2012).

Em relação às resenhas escritas por Celso Furtado, nosso primeiro registro visa corrigir uma incompletude na lista apresentada pelo Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento (2018), responsável pelo legado intelectual do autor. No rol de publicações listadas por essa instituição, ignoram-se duas resenhas escritas para a edição de outubro-dezembro de 1956, são elas: (i) a de *Solidaridad o Desintegración*, de Gunnar Myrdal (Furtado 1956c), e; (ii) a de *The Accumulation of Capital*, de Joan Robinson (Furtado 1956b). Este último Furtado considera confuso e “incompreensível”, em que pese a relevância do tema abordado.

Furtado (1956a) resenhou também o livro *The theory of economic growth*, de Arthur Lewis. Elogiou as contribuições do autor à teoria do desenvolvimento, feitas em artigo de 1954, as quais caracteriza como “excepcionalmente importante(s)”, destacando ainda que “a ele [Lewis] devemos uma formulação precisa da teoria do excedente de população, peça central do que se poderia chamar de uma teoria do desenvolvimento atrasado”. O livro, entretanto, desaponta Furtado, que o rotula de “sociologia amadora” (ver Boianovsky 2010).

Em relação a *Solidaridad o Desintegración* de Gunnar Myrdal, as palavras de Furtado não poderiam ser mais elogiosas. Diz:

Não sei de livro, escrito por um economista no pós-guerra, que se possa comparar a este, pela amplitude do horizonte que descortina, pela segurança com que equaciona os grandes problemas econômicos internacionais de hoje e pela coragem com que ...adverte o leitor contra a mistificação de universalismos de técnicas e objetivos no campo das ciências sociais. (Furtado 1956c, 220)

Em 1959, Furtado resenha *The strategy of economic development* de Albert Hirschman. Afirma que a análise desenvolvida por Hirschman, na busca pela causa fundamental do desenvolvimento econômico,

...É particularmente recomendável ao economista de formação típica norte-americana (figura que se reproduz mais e mais entre nós), com sua tendência de refugiar-se em categorias absurdas e inibir-se toda vez que a observação direta do processo social se torna imprescindível. (Furtado 1959, 65)

Alfinetando os monetaristas brasileiros, elogia o fato de que Hirschman chegar “mesmo a reconhecer que a inflação pode ser um mal necessário em certos países subdesenvolvidos”. Algo irônico, Furtado afirma que “o fato de professores de prestígio de universidade como Yale comecem a reconhecer que nossa inflação tem causas estruturais”, não sendo, portanto, apenas “consequência do ‘mau comportamento’”, e que “a simples redução de investimentos pode causar mais mal que bem, em certas condições inflacionárias”, representaria “para nós uma grande ajuda”. Isso, pois, “ainda não somos muitos os economistas com influência entre nós que só captam a realidade deste mundo que vivemos quando têm diante dos olhos um texto em língua inglesa, editada por uma universidade de prestígio” (Furtado 1959, 65). Furtado, por fim, queixa-se ainda do fato de que muito “do que está dito no livro” de Hirschman, já ter sido “dito e repetido” por economistas latino-americanos, notadamente os da CEPAL. Como tal bibliografia era “muito conhecida de Hirschman”, Furtado conclui que “cabe deduzir que existe um propósito de ignorar a contribuição” daquele grupo de autores (Furtado 1959, 65; Boianovsky 2012).

Na edição de julho-dezembro de 1960, são reproduzidos longos trechos do ensaio “Ideologies of economic development in Latin America” de Albert Hirschman, intercaladas com comentários de Américo Barbosa de Oliveira. Nas passagens citadas, o que se lê é uma crítica ao pensamento cepalino. Ao falar da tese Prebisch-Singer, Hirschman diz que tem “sido calorosamente contestada”, e que os dados empíricos que lhe davam suporte “têm sido considerados de todo insuficientes para dar apoio a tão ampla generalização”. Na interpretação de Hirschman, o pensamento cepalino é, por um lado, uma busca por culpados alienígenas para a má fortuna dos países latino americanos, de outro, uma defesa do protecionismo e

do ativismo estatal. Oliveira (1959) discorda dessa análise. Afirma que aquela teoria, antes de ser uma espécie de busca por bodes expiatórios, é simplesmente a constatação da realidade. Julga também o esquema de análise de Hirschman “pobre” ou “quase folclórico”. Hirschman (1960) responde às críticas de Américo em carta, publicada por EB. Nas palavras de Hirschman: “Devo confessar minha surpresa ao ver tal artigo uma vez que meu manuscrito foi tão somente uma redação preliminar que distribui para receber sugestões de alguns amigos pois esperava revê-lo substancialmente antes de publicá-lo”. Por isso, “espero que seus leitores modifiquem seus julgamentos sobre meu ensaio até que tenham visto a versão completa”. (Hirschman 1960, 127). À essa resposta, Hirschman anexa carta escrita endereçada aos editores do *The New York Times*, datada de 19 de setembro de 1960, na qual defende o auxílio financeiro aos países do continente. Esta seria uma forma de refutar a ideia de Américo de que haveria nele um “forte sentimento nacionalista”.

Outra resenha de Furtado (1955b) que merece destaque é do livro *Princípios de Economia Monetária* de Eugênio Gudín. A edição em que surge essa resenha conta também com uma réplica de Gudín (1955). Furtado critica, entre outros pontos, a interpretação de Gudín acerca de Wicksell, principalmente sua associação à teoria quantitativa da moeda (Boianovsky 2012). Tal resenha ilustra a tentativa de estabelecer um diálogo entre os grupos de economistas “liberais” e “nacionalistas-desenvolvimentistas”.

O segundo autor em número de publicações foi Annibal Villanova Villela. Economista formado pela Universidade do Brasil, pós-graduado pela Universidade de Estocolmo em 1951 e pela London School of Economics no ano de 1952, foi funcionário do BNDE, da CNI (Confederação Nacional da Indústria), BIRD (Banco Interamericano para Reconstrução e Desenvolvimento), INPES/IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), OEA (Organização dos Estados Americanos), além de professor na Faculdade Nacional de Ciências Econômicas e na FGV. Sua experiência na Suécia permitiu que resenhasse muitos livros na língua daquele país, o que deu acesso aos leitores da revista a uma literatura que seria, de outra forma, virtualmente inalcançável. Um tema bastante comum nos textos de Villela era contabilidade nacional, além de transportes e industrialização. Há também artigo sobre critérios de seleção de investimentos, o que, dado o seu estilo didático, parece evidenciar a escassez de literatura técnica àquela época, algo que EB buscava remediar.

Américo Oliveira foi o terceiro autor que mais publicou em EB. Seus textos versavam mais comumente sobre o setor elétrico e o serviço público em geral, abrangendo questões como tarifação, por exemplo. São todos esses trabalhos, ainda que relevantes, de caráter extremamente técnico. Tratou também do tema de planejamento econômico (Oliveira 1958). Nesse último trabalho, discute a divergência entre o que ele chamou de cosmopolitas e nacionalistas sobre a questão do desenvolvimento no Brasil, em uma visão dicotômica - os nacionalistas se apresentavam como a vanguarda, ao passo que os liberais seriam aqueles associados aos interesses do complexo primário-exportador e/ou ao capital estrangeiro.

Em 1957, Oliveira publica o artigo “Educação, um investimento a longo prazo”, que merece atenção maior por ter sido criticado por Fernando H. Barbosa Filho e Samuel Pessôa (2009). Os autores afirmam que “aos olhos de hoje, é difícil entender que a sociedade tenha se mobilizado pelo ‘petróleo é nosso!’”, mas que não tenha visto movimento similar “pelo ensino básico universal de qualidade”. À época – dizem os autores – a crença era que a “educação e a saúde eram consequência do desenvolvimento econômico, em vez de mola propulsora”. Para eles, “o trabalho de Américo Barbosa de Oliveira... expressava de forma cristalina esta visão” (Barbosa Filho e Pessôa, 2009, 70). De fato, Oliveira (1957, 397) chama a atenção para o “perigo constante de exagero dos investimentos em educação e saúde em prejuízo dos outros setores”. Deve-se ter em mente que os modelos de crescimento econômico do tipo Harrod-Domar, que informam o artigo de Oliveira (1957), eram anteriores à disseminação do conceito de “capital humano”, que só se dá nos anos 1960. Nesse sentido, o investimento em saúde e, especialmente, educação, era visto como parte do problema (e sujeito aos mesmos limites) da acumulação de capital em geral.

Outro autor cuja produção deve ser examinada é Ignácio Rangel. Formado em Direito, Rangel realizou curso de especialização em Economia na CEPAL, em Santiago do Chile. Fez parte tanto do Clube como do ISEB, bem como da Assessoria Econômica do governo democrático de Vargas, ingressando no BNDE em 1955. O primeiro texto de Rangel (1955) não chega sequer a ocupar duas páginas da revista. É em Rangel (1956, 133) que o autor expõe seu pensamento com maior profundidade. Partindo da observação de que o país se dividia entre “correntes privatistas e correntes estatistas”, o autor busca apresentar uma visão moderada sobre o tema, destacando a complementariedade entre o Estado e a iniciativa privada.

Em 1958, aparece “O Problema da Formação de Capital”. O primeiro ponto afirmado por Rangel (1958, 24) era de que a “simples reprodução do capital pode importar, e usualmente importa, em desenvolvimento”. Isto é, o novo capital traz também a nova tecnologia. O autor passa então a fazer críticas sobre a limitação da contabilidade social, da qual escapariam fenômenos importantes que se desenrolam no âmbito da produção agrícola voltada para o consumo próprio, entre outros. Ao analisar o problema das unidades agrárias e da indústria no país, o autor volta-se também para a questão da reforma agrária. Em relação à “violenta inflação” que o país vivia à época, Rangel afirma que ela “não passa de um processo de deliquescência da moeda, causada diretamente pelo déficit do setor público”. Rangel mudará, como veremos, radicalmente seu diagnóstico sobre o processo inflacionário no Brasil.

Rangel (1960) analisa a economia brasileira desde seu período colonial. Entende o autor a “revolução de 1930” como a “expressão concreta desse movimento” de redução das forças do latifúndio exportador’ em favor da “classe de empresários capitalistas” e do proletariado urbano (Rangel 1960, 110). O autor fecha o texto com argumentos apologéticos à reforma agrária, tese cara aos nacionalistas. Já na edição de abril-junho de 1962 – a derradeira de EB – Rangel publica “A Inflação Brasileira”, que antecipa as ideias de sua mais conhecida obra, publicada em 1963. Rangel (1962) critica os diagnósticos de ortodoxos e estruturalistas a respeito do processo inflacionário brasileiro. Enquanto os primeiros criam ser possível resolver o problema através do “expediente elementar de equilibrar o orçamento”, os segundos ‘se lançaram à absurda tarefa de determinar a etiologia de um fenômeno inexistente [refere-se a tese da inelasticidade da oferta de alimentos], transferindo o problema para o campo setorial e complicando-o desnecessariamente”. (Rangel 1962, 128-9).

Outra figura de destaque é o sociólogo e cientista político Hélio Jaguaribe, nome proeminente do IBESP (Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política) e do ISEB. Jaguaribe começa por apresentar as limitações das análises de desenvolvimento que se utilizam da renda *per capita* de um dado país em comparação com a renda americana e reforça a ideia de que o desenvolvimento “é o processo histórico-social de uma comunidade enquanto se oriente realmente para sua crescente racionalização” (Jagaribe 1961, 99).

Ainda que EB fosse um veículo nacionalista, publicou também textos de autores que não poderiam ser assim rotulados, como Eugênio Gudín, Octávio Bulhões e Mário Henrique Simonsen. Tem-se também a publicação de trabalhos de Delfim Netto e Ernane Galvêas, nomes que viriam a ocupar posições de destaque durante os anos de regime militar.

Gudin (1956) discute o que o autor chama de inflação schumpeteriana e critica o uso de processos inflacionários em favor de quaisquer objetivos. Já Bulhões (1956) é a reprodução de conferência realizada na Faculdade de Economia da Universidade Católica, na cidade de Porto Alegre, na qual defende a importância de temas como produtividade, além de elogiar a importância da FGV para formação de economistas no Brasil.

Simonsen (1958) é um trabalho técnico e matematizado – especialmente para os padrões de EB – sobre finanças e matemática financeira, ilustrando a preocupação dos editores em publicar material instrumental de economia. Trata-se da primeira publicação de Simonsen, engenheiro de formação. O artigo ilustra os vínculos entre engenharia e economia na história do pensamento econômico brasileiro.

Em 1959 EB publica outro artigo também formal, no sentido matemático do termo: um comentário crítico de Delfim Netto acerca de Furtado (1954), que inclui a elaboração de modelo matemático dinâmico de crescimento, provavelmente o primeiro publicado em periódico brasileiro. No artigo, publicado no ano seguinte à defesa da sua tese de doutorado na USP, Delfim afirma que o livro *Economia Brasileira* de Furtado “propõe um modelo de desenvolvimento econômico que pode ser facilmente expresso em termos de uma equação a diferenças finitas”. O objetivo de seu artigo era “construir essa equação, de maneira a tornar mais simples a comparação entre este modelo e os já construídos por Domar, Harrod, Lundberg e outros” (Delfim Netto 1959, 58). A publicação do artigo – escrito sob a influência de Allen (1956), utilizado então como livro-texto de economia matemática na USP – sugere a satisfação de Furtado com a formalização proposta por Delfim. Entretanto, o diálogo entre Delfim e Furtado, o qual em geral não utilizava argumentos matemáticos, não teria continuidade.

Em relação aos autores estrangeiros, há vários que merecem comentários. Em primeiro lugar, deve-se mencionar Raúl Prebisch, que aparece tanto como autor de artigo, como de discursos transcritos. No terceiro número

da revista, Prebisch (1955) discute o problema demográfico latino-americano sob o aspecto da migração de setores primários de baixa produtividade para a indústria, com maior produtividade, mas alerta para a necessidade de capital para que tal transição ocorra. Na edição de janeiro-junho de 1960, publica-se discurso no qual Prebisch (1960) discute a estabilização da economia e a necessidade de se fazer frente a pressões estruturais.

Juan Noyola Vázquez (1955, 191-4), por sua vez, resenha o livro de Furtado (1954), em sua opinião uma obra de inovação histórica e metodológica, com “síntese feliz de lógica cartesiana e consciência histórica”. Também escreve sobre a evolução do pensamento econômico e sua influência na América Latina, fazendo um passeio crítico pelas últimas contribuições à economia. Argumenta que se trata às vezes de teorias que buscam defender a “livre competição contra o planejamento econômico”, com “um tom dogmático [...] e de superficialidade” (Noyola Vázquez 1955, 191)

Oswaldo Sunkel (1956) analisa de forma pioneira o modelo de crescimento de Domar, comparando-o com o de Harrod, preferindo o primeiro ao segundo, pois sua noção de causalidade seria mais conveniente aos problemas de desenvolvimento. Afirma que ainda que “o coeficiente de capital (Domar) e o acelerador (Harrod)” se expressassem “matematicamente da mesma forma, a relação de causalidade” estaria “invertida”. Pois, “o coeficiente do capital” representaria uma “função de produção que permite determinar os incrementos da capacidade produtiva derivados de uma inversão líquida adicional”. Já o acelerador, por seu turno, indicaria “como um aumento da renda induz a um aumento das inversões”. Já Sunkel (1957) busca fazer “sistematização do estudo da CEPAL [sobre a inflação chilena] com o objetivo de dar uma forma explícita a seu instrumental analítico” (Sunkel 1957, 361). Esse é, portanto, texto fundamental para a literatura sobre inflação estrutural e relação entre inflação e desenvolvimento na América Latina.

Em 1959, EB publica transcrição de conferência de Myrdal sobre saúde pública e desenvolvimento econômico em que ele discute o valor econômico e preço da saúde e o ciclo vicioso entre doença e pobreza. Myrdal (1959) levanta ainda questões referentes à distribuição de renda e mudança social e trata do desperdício de recursos sociais com moléstias curáveis. EB publica em 1960 texto de Maurice Dobb, tradução de artigo publicado na *Soviet Studies*, no qual o autor discute o planejamento como método

de alocação dos fatores produtivos e o papel dos preços em economias planificadas (Dobb 1960).

Em uma mesma edição são publicados artigos de Nicholas Kaldor e de Oscar Lange. O texto de Kaldor (1956) é a reprodução de conferência proferida na Universidade de Pequim, na qual o autor compara Marx e Keynes, chamando a atenção para o fato de o desenvolvimento não ser algo espontâneo, notadamente em certas regiões do globo, como a América Latina. Já Lange (1956) discute a pertinência da aplicação de práticas de planejamento em economias não socialistas, em especial as subdesenvolvidas.

Como mostra a Tabela 2, outros autores estrangeiros publicaram em *Econômica Brasileira*: Ahumada (1956) trata de desenvolvimento regional; Rothrock (1956) faz sugestões sobre o uso das reservas cambiais brasileiras; Grunwald (1961) discute a inflação sob uma perspectiva estruturalista, tema semelhante ao de Pinto (1959). Por último, Boti (1962) trata de planejamento econômico em Cuba e Friss (1958) discute o funcionamento das economias socialistas.

5. Conclusão

Clubes de economia surgiram ao longo da história como forma de aglutinar o pensamento e debates econômicos em períodos em que não existiam ainda instituições na forma de sociedades ou associações de economia. O mais famoso deles foi provavelmente o *Political Economy Club*, fundado em 1821 em Londres para funcionar como fórum de discussão da economia política clássica (Henderson 1983). No início dos anos 1880, outro *Political Economy Club* foi estabelecido por economistas americanos em Nova Iorque. Entretanto, nenhum desses clubes era associado a uma revista.

Embora a Ordem dos Economistas do Brasil e o Conselho Federal de Economia tenham sido fundados em 1935 e 1951 respectivamente, seria apenas em 1973, com o início das atividades da ANPEC, que o debate econômico no Brasil teria um fórum comparável à *American Economic Association* (Fernandez e Suprinyak 2018).

O *Clube de Economistas*, nesse sentido, visava preencher vazio institucional num período em que a dimensão acadêmica da atividade dos economistas era ainda incipiente (ver Loureiro 1996, 2009; Haddad 1981), tendo em vista a inexistência de pós-graduação em economia no Brasil à época, ou mesmo tradição de cursar pós-graduação no exterior. Celso Furtado, o primeiro economista brasileiro a fazer doutorado no exterior⁵ (Universidade Sorbonne, 1948), candidatou-se em 1958 (após retornar de um ano acadêmico na Universidade de Cambridge) à vaga de professor de economia na antiga Universidade do Brasil (atual UFRJ). Entretanto, o concurso foi cancelado quando ele se candidatou, e reaberto apenas após a partida dele para o exílio em 1964 (Furtado 1989, 100). Assim, parte importante da produção intelectual em economia nos anos 1950 se dava no âmbito de instituições governamentais ligadas à formulação e planejamento da política econômica. Desse modo, o exame detalhado do *Clube* e de seu principal produto – a *Econômica Brasileira* – traz à luz tentativa significativa, mesmo que relativamente breve, de ampliar o debate em teoria e política econômica. Como discutido acima, tal esforço deve ser entendido dentro do contexto histórico-político brasileiro à época. As atividades do *Clube* e sua revista despertaram atenção e preocupação do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) da FGV, como relatado por Albert Hirschman em seus diários de viagem ao Brasil em agosto de 1957:

The ... trouble is that (IBRE) is tagged as orthodox and old-fashioned by another group of economists and politicians. This group has actually formed a "Club" and has edited a review Econômica Brasileira. The members of the "Club" are to be found in the Conselho Nacional de Economia ... and the lower echelons of the Development Bank ... Celso Furtado and others have tried to obtain that responsibility for national income statistics be taken away from IBRE and given to some truly official agency. Obviously then there is a group of people with some grudge and resentment against the IBRE (in part, this is resentment against the "aristocratic" Gudín and possibly against Alexandre Kafka's intellectual snobbism). (Hirschman 1957)

⁵ Almeida (2008,16) aponta Otávio Dias Carneiro como o primeiro PhD brasileiro em economia nos EUA, tendo se formado pelo MIT em 1951.

Os artigos publicados na EB são ilustrativos do debate econômico travado no Brasil na época, com destaque para a interpretação do processo de crescimento econômico e do papel do Estado, bem como desequilíbrios setoriais. Aquele periódico foi também palco das primeiras publicações de então jovens economistas como I. Rangel, A. Villela, M.H. Simonsen e A. Delfim Netto. Várias contribuições enfatizavam questões práticas e técnicas relacionadas às atividades dos economistas no governo e disseminação de informações – e.g. artigos de Rômulo de Almeida, Annibal Villela e Sidney Latini (o qual foi secretário executivo do GEIA, Grupo executivo da Indústria Automobilística, de 1957 a 1964). Surpreende, à primeira vista, a ausência de publicações na EB de Roberto de Oliveira Campos, que tinha então bom relacionamento com Furtado. Entretanto, Campos tampouco publicou na RBE nesse período. Embora o *Clube* reflita em boa medida o programa de pesquisa e a agenda política de Furtado, seria uma simplificação reduzir as atividades do *Clube* e o perfil da EB às preferências daquele economista. Do mesmo modo, o contraste entre Gudin e Furtado – e as respectivas instituições por eles lideradas – não deve ocultar o fato de que ambos acreditavam na possibilidade de argumentação positiva e “científica” em economia, mesmo que suas consequências normativas fossem substancialmente distintas. Isso fica evidenciado pelo convite feito por Gudin, em 1956, para que Furtado participasse do livro em sua homenagem (v. Furtado 1957). Em sua resposta, Furtado (1956) aceita com “honra e prazer” o convite, e afirma que o faz “com tanto mais satisfação quanto em minha carreira profissional tenho [...] desposado pontos de vista que não são exatamente os seus”. Acrescenta que sempre admirou em especial na obra de Gudin “o seu permanente entusiasmo pela pesquisa, pelos trabalhos que não são fonte de prestígio social, mas que constituem a base do que em economia é a verdadeira obra científica”. Furtado prevê que o esforço de Gudin neste sentido “será sempre reconhecido”. Fica claro o mútuo respeito e admiração, apesar das diferenças em seus respectivos projetos de país.

Referências

Textos publicados em jornais

- Bulhões, Octávio Gouveia de. 1953. “A Programação do Desenvolvimento Econômico”, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 24 de maio, 4.
- Correio da Manhã*. 1953. “Planejamento Econômico da América Latina”, Rio de Janeiro, 25 de abril, 7.
- Diário de Notícias*. 1955. “Revista Especializada de Economia”. Rio de Janeiro, 16 de março, 6.
- Fernandes, Florestan. 1958. “Resenha a ‘Perspectivas da Economia Brasileira’”. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 1º de novembro, 38
- Furtado, Celso. 1953. “A Programação do Desenvolvimento Econômico. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 21 de junho, 4
- Gudin, Eugênio. 1953^a. “A Mística do Planejamento I”, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 20 de maio, 2.
- _____. 1953b. “A Mística do Planejamento II”, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 2 de junho, 2.
- _____. 1954. “O Novo Governo”, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 de agosto, 10.
- Jornal do Brasil*. 1964. “Extinto o ISEB”, Rio de Janeiro, 12 de abril, 16.
- Jornal do Commercio*. 1959. “As pressões inflacionárias”. Rio de Janeiro, 25 de fevereiro, 4.
- Linhares, Temístocles. 1957. “Um historiador marxista”, *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 19 de maio, 77.
- Prebisch, Raúl. 1953. “A Mística do Equilíbrio espontâneo da economia”, *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 8 de novembro, 20.
- Vargas, Getúlio. 1953. “Em debate os problemas básicos da América Latina”, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 10 de abril, 12.

Artigos publicados na *Econômica Brasileira*

- Ahumada, Jorge. 1956. “Notas sobre o problema do desenvolvimento regional”. *Econômica Brasileira* 2 (4): 157-175.
- Boti, Regino. 1962. “Planejamento econômico em Cuba”. *Econômica Brasileira*, 8, no. 2: 67-79.
- Bulhões, Octávio Gouveia de. 1956. “O Ensino de Economia no Brasil”. *Econômica Brasileira*, 2(4): 200-203.
- Delfim Netto, Antonio. 1959. “Uma nota sobre a equação a diferenças finitas que descreve o modelo de Celso Furtado”. *Econômica Brasileira*, 5(1 e 2): 58-61.
- Dobb, Maurice. 1960. “A polêmica sobre a teoria dos preços nos países de economia socialista”. *Econômica Brasileira* 6(3 e 4): 63-73.
- Econômica Brasileira*. 1955. “Editorial sem título”. *Econômica Brasileira* 1(1): 1-2.
- _____. 1955b. “Clube de Economistas”. *Econômica Brasileira* 1(1): 49-50
- _____. 1957. “Aos leitores de revista *Econômica Brasileira*”. *Econômica Brasileira* 3(3 e 4): n.p.
- _____. 1959. “Ata da Oitava Assembleia Geral do Clube de Economistas”. *Econômica Brasileira* 5(3 e 4): n.p.
- _____. 1960. “Ao leitor”. *Econômica Brasileira* 6(1 e 2): n.p.
- Friss, Istvan. 1958. “A estrutura da oferta e da procura nas economias socialistas”. *Econômica Brasileira* 4(3 e 4): 79-98.
- Furtado, Celso. 1955a. “O Desenvolvimento Econômico”. *Econômica Brasileira* 1(1): 4-23.
- _____. 1955b. “Resenha: Princípios de Economia Monetária – Eugênio Gudín”. *Econômica Brasileira* 1(2): 120-3.

- _____. 1956a. “Resenha: The Theory of Economic Growth – W. Arthur Lewis”. *Econômica Brasileira* 2(1): 51
- _____. 1956b. “Resenha: The Accumulation of Capital – Joan Robinson”. *Econômica Brasileira* 2(4): 221.
- _____. 1956c. “Resenha a Solidaridad o Desintegración – Gunnar Myrdal”. *Econômica Brasileira* 2(4): 220-1.
- _____. 1958a. “Fundamento da Programação Econômica”. *Econômica Brasileira* 4 (1 e 2): 39-44
- _____. 1958b. “Comentários sobre estudos do professor Rosenstein-Rodan”. *Econômica Brasileira* 4(3 e 4): 119-126.
- _____. 1959. “Notas Bibliográficas: The Strategy of Economic Development”. *Econômica Brasileira* 5(1 e 2):64-65.
- _____. 1960. “Industrialização e Inflação”. *Econômica Brasileira* 4 (3 e 4): 74-91.
- Galvêas, Ernane. 1959. “Nacionalismo e Desenvolvimento Econômico”. *Econômica Brasileira* 4(3 e 4): 103-16.
- Grunwald, Joseph. 1961. “Escola ‘Estruturalista’, estabilidade de preços e desenvolvimento econômico – o caso chileno”. *Econômica Brasileira* 7(1 e 2): 3-26
- Gudín, Eugênio. 1955. “Observações do Prof. Eugênio Gudín”. *Econômica Brasileira* 1(2): 123-5.
- _____. 1956. “Quem perde com a inflação”. *Econômica Brasileira* 4(2): 198-200
- Hirschman, Albert O. 1960. “Notas e Comentários”. *Econômica Brasileira* 6(3): 127-130.
- Jaguaribe, Hélio. 1961. “Desenvolvimento Econômico Programado e Organização Política”. *Econômica Brasileira* 7(3 e 4): 99-118.
- Kaldor, Nicholas. 1956. “A evolução capitalista a luz da teoria keynesiana”. *Econômica Brasileira* 2(3): 107-120.
- Lange, Oscar. 1956. “Problemas de programação nas economias subdesenvolvidas”. *Econômica Brasileira* 2(3): 145.
- Myrdal, Gunnar. 1959. “Saúde e desenvolvimento”. *Econômica Brasileira* 5(3 e 4): 69-83.
- Noyola Vázquez, Juan. 1955. “Resenha: A Economia Brasileira – Celso Furtado”. *Econômica Brasileira* 1(3): 191-194.
- _____. 1957. “A evolução do pensamento econômico no último quarto de século e sua influência na América Latina”. *Econômica Brasileira* 3(1): 225-238.
- Oliveira, Américo Barbosa de. 1957. “Educação um Investimento a Longo Prazo”. *Econômica Brasileira* 3(3 e 4): 390-400.
- _____. 1958. “Planejamento econômico: da estratégia e da tática na execução da ação planejada”. *Econômica Brasileira* 4(1 e 2): 45-53.
- _____. 1959. “Resenha: Ideologias do Desenvolvimento na América Latina – Albert Hirschman”. *Econômica Brasileira* 5(3 e 4): 123-135.
- Prebisch, Raúl. 1955. “Crescimento Demográfico, Emprego e Formação de Capital nos Países Subdesenvolvidos”. *Econômica Brasileira* 1(3): 135-143
- _____. 1960. “A Cepal e o Desenvolvimento da América Latina: Discurso pronunciado perante o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas”. *Econômica Brasileira* 6 (1 e 2):52-56.
- Pinto Santa Cruz, A. 1959. “Estabilidade e desenvolvimento”. *Econômica Brasileira* 5(1 e 2): 3-26.
- Rangel, Ignácio M. 1955. “Industrialização e agricultura”. *Econômica Brasileira* 1(4): 248-9
- _____. 1956. “Iniciativa pública e privada”. *Econômica Brasileira* 2(3): 133-140.
- _____. 1958. “O problema da formação de capital”. *Econômica Brasileira* 4(1 e 2): 23-38.
- _____. 1960. “As Etapas do Desenvolvimento Brasileiro”. *Econômica Brasileira* 4(3 e 4):108-117
- _____. 1962. “A Inflação Brasileira”. *Econômica Brasileira* 8(2): 120-30
- Rothrock, John B. 1956. “Utilização adequada das reservas monetárias”. *Econômica Brasileira* 2(4): 197-198.

- Simonsen, Mário Henrique. 1958. "Capital de giro para financiamento de vendas". *Econômica Brasileira* 4(1 e 2): 127-136.
- Sunkel, Osvaldo. "O modelo de crescimento de Domar". *Econômica Brasileira* 2(2): 55-68.
- _____. 1957. "Um esquema geral para a análise da inflação". *Econômica Brasileira* 3(3 e 4): 361-377.

Material de Arquivo

- Hirschman, Albert. O. 1957. "Diary – Brazil and Colombia, August 12-September 12 1957". Rockefeller Archive Center. Folder 336, Box 46.
- Furtado, Celso. 1955c. "Carta para Víctor Urquidí". Arquivos Celso Furtado.
- Furtado, Celso. 1956. "Carta para Eugênio Gudin". Arquivos Eugênio Gudin. CPDOC-FGV.

Demais Referências

- Allen, R.G.D. 1956. *Mathematical economics*. New York: St. Martin's Press.
- Almeida, José Roberto Novaes de. 2009. *Economia monetária: uma abordagem brasileira*. São Paulo: Atlas.
- Baldwin, Robert E. 1952. "A Modificação Secular das Relações de Troca." *Revista Brasileira de Economia* 6(3): 79-106.
- Barbosa Filho, F. de H. e Samuel Pessôa. 2009. "Educação, crescimento e distribuição de renda: a experiência brasileira em perspectiva histórica." In Giambiagi, Fabio, Fernando Veloso & Ricardo Henriques. *Educação Básica no Brasil: construindo o país do futuro*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Bielschowsky, Ricardo. 1988. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Vol. 19. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes.
- Boianovsky, Mauro. 2010. "A view from the tropics: Celso Furtado and the theory of economic development in the 1950s." *History of Political Economy* 42(2): 221-266.
- Boianovsky, Mauro. 2012. "Celso Furtado and the structuralist-monetarist debate on economic stabilization in Latin America." *History of Political Economy* 44 (2): 277-330.
- Boianovsky, Mauro. 2013. "The Economic Commission for Latin American and the 1950s debate on choice of techniques". *Review of Political Economy* 25: 373-98.
- Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). "Conselho Nacional de Economia". <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/conselho-nacional-de-economia-cne> (Acesso em: 10 de junho de 2018)
- Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento. "Prefácios, apresentações e resenhas". http://www.centrocelsofurtado.org.br/interna.php?ID_M=1099 (Acessado em: 22 de maio de 2018).
- Ekerman, Raul. 1989. "A comunidade de economistas do Brasil: dos anos 50 aos dias de hoje." *Revista Brasileira de Economia* 43(2): 113-138.
- Fernandez, Ramón García, e Carlos Eduardo Suprinyak. 2018. "Creating Academic Economics in Brazil: the Ford Foundation and the beginnings of ANPEC." *Economía* 19(3). No prelo.
- Furtado, Celso. 1950. "Características gerais da economia brasileira." *Revista Brasileira de Economia* 4(1): 7-38.
- _____. 1957. A análise marginalista e a teoria do subdesenvolvimento. In Contribuições à análise do desenvolvimento econômico: Escritos em homenagem a Eugenio Gudin, 163-75. Rio: Agir.

- _____. 1985. *A fantasia organizada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. 1989. *A fantasia desfeita*, 2ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. 2007. *Formação Econômica do Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras [1959].
- Gudin, Eugênio. 1947. "Os índices da conjuntura econômica". *Conjuntura Econômica* 1(1): 1.
- _____. 1952. "O caso das nações subdesenvolvidas." *Revista Brasileira de Economia* 6(3): 47-77.
- Haddad, Paulo Roberto. 1981. "Brazil: economists in a bureaucratic-authoritarian system." *History of Political Economy* 13(3): 656-680.
- Henderson, James P. 1983. "The oral tradition in British economics: influential economists in the Political Economy Club of London." *History of Political Economy* 15(2): 149-179.
- Loureiro, Maria Rita. 1992. "Economistas e elites dirigentes no Brasil." *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 7(20): 47-65.
- _____. 1996. "The professional and political impacts of the internationalization of economics in Brazil." *History of Political Economy*, annual supplement (28): 184-210.
- _____. 2009. "Economists in the Brazilian government: from developmentalist state to neoliberal policies". In: Montecinos, Veronica & John Markoff. "*Economists in the Americas*". Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 100-141.
- Matus, Carlos. 1998. *Estrategia y plan*. México: Siglo XXI.
- Nurkse, Ragnar. 1953. "Notas sobre o Trabalho do Sr. Furtado Relativo a Formação de Capitais e Desenvolvimento Econômico". *Revista Brasileira de Economia* 7(1): 67-87.
- Prebisch, Raúl. 1949. "O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas." *Revista Brasileira de Economia* 3(3): 47-111.
- Silva, Roberto Pereira. 2017. "A controvérsia sobre o planejamento econômico no Brasil. O debate entre Celso Furtado e Octávio Gouveia de Bulhões e suas repercussões." Apresentado na Conferência ALAHPE, Bogotá, dezembro 2017.
- Simonsen, Mário Henrique. 1966. "O ensino de economia em nível de pós-graduação no Brasil." *Revista Brasileira de Economia* 20(4): 19-30.
- Singer, H. W. 1950. "Comércio e Investimentos em áreas subdesenvolvidas." *Revista Brasileira de Economia* 4(1): 81-103.
- Skidmore, Thomas. 2007. *Brasil: de Getúlio a Castelo*, 14ª edição, Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- Sola, Lourdes. 1998. *Ideias econômicas, decisões políticas*. São Paulo: Edusp.
- Unesco. 1956. *International Social Science Bulletin*. 8(2).